

Jogo duro ameaça paralisar negociações sobre a dívida

Mas o Brasil ainda tem esperança de prorrogar por mais 60 dias os créditos de curto prazo

Fontes financeiras de Nova York disseram ontem que as negociações entre as autoridades brasileiras e um grupo de bancos credores, realizadas em Miami, chegaram a um estancamento diante do endurecimento de ambas as partes: nem o governo de Brasília nem os bancos mudaram essencialmente de posição.

Para os analistas, o Brasil e os bancos estariam longe de um acordo, apesar do otimismo do presidente do Banco Central brasileiro, Francisco Gros, que depois de solicitar uma prorrogação dos créditos de curto prazo aos banqueiros privados, garantiu: "O dinheiro estará disponível".

No Brasil, o ministro da Fazenda, Dílio Funaro, confirmou que amanhã os bancos credores receberão o pedido formal do governo brasileiro para prorrogar por 60 dias as linhas de crédito de curto prazo e interbancárias. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, que estava com o ministro à saída do Ministério, informou que foi feito um acordo informal nesse sentido.

— Nós mostramos que seria melhor para todos a negociação da dívida — afirmou Gros. Ele disse, ainda, que conta com uma resposta favorável dos bancos, embora a decisão de prorrogar ou não seja de cada banco isoladamente. Francisco Gros não viu nada de errado na redução do prazo da prorrogação, de 90 para 60 dias. "É um pra-



William Rhodes: sem compromissos.

zo adequado", afirmou o presidente do BC.

Já o vice-presidente do Citibank e presidente do comitê assessor dos bancos credores, William Rhodes, depois de reunir-se com os brasileiros, em Miami, disse que comunicaria a proposta inicial de Gros aos bancos. As declarações de Rhodes implicavam que os bancos privados não estavam dispostos a conceder de forma automática os créditos, segundo fontes financeiras, e que exigiriam do Brasil a apresentação de um programa econômico, o que o Brasil negou até agora.

Em Miami, Gros reconheceu tal fato ao

dizer: "Os bancos querem mais informações sobre um plano econômico. Assim, poderiam aprovar a prorrogação". A declaração de Gros, de que não se deve esperar "nada dramático" antes de 31 de março, foi interpretada como uma decisão do Brasil de esperar que os bancos declarem seus empréstimos "não produtivos", de acordo com as práticas norte-americanas, quando o devedor não paga os juros durante um trimestre. A impressão deixada aos analistas é de que os bancos credores não se sentirão obrigados a manter o fluxo de créditos de curto prazo, enquanto o Brasil não pagar.